



CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE – MA
CNPJ – 01.625.921/0001-02
PODER LEGISLATIVO

PARECER JURÍDICO

Referente: Processo nº 0309001/2021

Dispensa de Licitação nº. 013/2021

Interessado: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assessoria de Imprensa, Comunicação Institucional e Serviços Editoriais de Interesse da Câmara Municipal de Governador Nunes Freire – MA.

Senhor Presidente,

Consta deste processo que a Câmara Municipal de governador Nunes Freire pretende contratar os serviços de Assessoria de Imprensa, Comunicação Institucional e Serviços Editoriais de Interesse da Câmara Municipal de Governador Nunes Freire – MA.

Consta nos autos do processo a pesquisa de preços na qual se auferiu o menor valor de R\$ 16.022,00 (Dezesseis Mil, e Vinte e dois Reais). Onde também foi identificada a proposta apresentada com um valor compatível de mercado, sendo esse de R\$ 16.022,00 (Dezesseis Mil, e Vinte e dois Reais), cotado pela empresa ALEN COMPANY DIGITAL LATD.

Outrossim, informa a Comissão de Licitação, que a referida empresa se adequada para a finalidade pretendida, bem como que existe rubrica orçamentária.

Após a devida tramitação, o Presidente da Comissão de Licitação encaminhou os autos a esta ASSESSORIA JURÍDICA para a emissão de parecer.

É o breve relatório, passo a opinar.

Desde logo, verifico que os serviços pretendidos podem ocorrer com dispensa de licitação, pois se destina a atender finalidade precípua da Autarquia, conforme o art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93:



CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NUNES FREIRE – MA
CNPJ – 01.625.921/0001-02
PODER LEGISLATIVO

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Desse modo, com fundamento na legislação acima citada, opinamos no sentido de que a Câmara Municipal de Vereadores efetue a contratação de empresa para os presentes serviços, com dispensa de licitação, tendo em vista que o valor total se encontra devidamente dentro do limite estabelecido no Art. 24, Inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

É o parecer.

Governador Nunes Freire – MA, 15 de SETEMBRO de 2021

RENATO IGOR FREIRE DE ABREU PEREIRA
OAB/MA Nº 16.823
ASSESSOR JURÍDICO